

XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007

Caxambu- MG

GT018- ESTUDOS DE GÊNERO :Teoria e Pesquisa

Maria Lygia Quartim de Moraes¹

UNICAMP

Em torno do “sujeito” e dos processos de sujeição: Althusser, Foucault e Judith Butler.

O inconsciente freudiano faz parte do *psíquico*, o que o impede de ser identificado (..) com o não psíquico ou com um efeito derivado do não-psíquico, Por isso, o inconsciente freudiano não é nem uma realidade material (corpo, cérebro, *o biológico, o psicofisiológico*) nem uma realidade social (as relações sociais definidas por Marx como determinantes dos indivíduos, *independentemente de sua consciência* (..). Não é que Freud negasse a existência de uma relação entre o inconsciente, de um lado, e o biológico e o social, de outro. Toda a vida psíquica está *montada* sobre o biológico, graças às pulsões (Triebe) a que Freud considera como *representantes* enviados pelo somático ao interior do psíquico.(...). Mediante esse conceito de representação Freud manifesta seu reconhecimento biológico da pulsão (que, no fundo, é sempre sexual) mas, mediante esse esmo conceito, libera a pulsão do desejo inconsciente de toda a forma de *determinação essencial* pelo biológico: a “pulsão” é um conceito limite que é, ao mesmo tempo, conceito desse limite, ou seja da diferença entre o somático e o psíquico (Althusser, 1999, p.90).

É sem falsa modéstia que Freud considera a descoberta do inconsciente como um dos grandes golpes infringidos à onipotência humana, depois de Copérnico ter comprovado que a Terra não é o centro do universo mas apenas um satélite do Sol e de Darwin ter estabelecido nossa ascendência simiesca. Com a teoria psicanalítica, a crença no sujeito racional e na soberania da consciência entra em crise, recolocando o estatuto do sujeito. Ora, é exatamente aí que reside a convergência entre Lévi-Strauss, Louis Althusser,

Jacques Lacan e Michel Foucault, vistos como “estruturalistas” nos anos 70: repensar a questão do sujeito, deslocando-o do campo do sujeito racional de Descartes.

Foucault, em entrevista concedida em 1978², observa que Althusser opunha-se à filosofia do sujeito impregnada pela fenomenologia e pelo humanismo que caracterizava o pensamento dominante no marxismo francês. Ao mesmo tempo, essas correntes faziam da *teoria da alienação a base teórica capaz de traduzir em termos filosóficos as análises político-econômicas de Marx*, o que levou Althusser a retomar as análises de Marx e reelaborar a relação entre base econômica e as superestruturas política, jurídica e religiosa. Assim, enquanto Althusser, após romper com a concepção ortodoxa marxista sobre o sujeito, encontra na psicanálise, especialmente na sua versão lacaniana, o suporte teórico para o problema da produção do sujeito, Foucault será sempre um crítico da teoria do inconsciente e da psicanálise. Em comum, no entanto, a mesma empreitada radical de “colocar em questão a teoria do sujeito”.

Na atualidade é Judith Butler, filósofa norte-americana, autora do *Gender Trouble*, quem recoloca a questão da subjetivação através de uma leitura crítica de ambos os autores e de sua relação com a psicanálise. O presente trabalho pretende discutir – adotando a perspectiva psicanalítica – questões relacionadas ao feminismo e aos “movimentos identitários” a partir do tema da constituição do sujeito. Dito de outra maneira: até que ponto podemos pensar uma teoria de gênero sem o recurso à uma teoria da subjetivação, logo da “generificação?”

Processos de sujeição: Althusser

A reprodução da força de trabalho exige não somente a reprodução de sua qualificação, mas, ao mesmo tempo, uma *submissão* às regras do respeito à ordem estabelecida. (Althusser, 1999, p.76)

No texto *Idéologie et Appareils Idéologiques d’Etat*, publicado na revista *La Pensée* n.151 (junho de 1970), Althusser comenta que qualquer criança sabe que a continuidade requer a reposição. No caso do modo de produção capitalista, trata-se da reprodução dos meios de produção e da força-de-trabalho. Assim, o sistema precisa re-produzir novos trabalhadores, isso é, mão de obra despossuída dos meios e instrumentos de produção. A

¹ Professora titular de Departamento de Sociologia do IFCH e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da UNICAMP.

produção dessa mão de obra implica em processo de sujeição ideológica, produzido pela ação das instituições e organismos de Estado (Escola, Igreja) e pelos aparelhos do Estado (Exército e Judiciário).

No campo marxista coube a Gramsci o mérito de ter entendido que o poder de Estado não se reduz ao aparelho repressivo, mas que é constituído por aparelhos ideológicos que garantem a adesão moral às regras do *status quo*. Althusser dá continuidade ao estudo gramsciano, afirmando que “nenhuma classe pode deter duradouramente o poder de Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia **sobre e nos** Aparelhos Ideológicos de Estado” (1976, p.86). Isso significa dizer que os Aparelhos Ideológicos não são somente o *enjeu* (o que está em jogo) como também o *lieu* (*lugar*) das lutas de classes. Pois é através dos aparelhos repressivos e ideológicos que uma classe (ou aliança de classe) mantém sua dominação.

Dessa maneira, Althusser rompe com o dualismo da “materialidade da infra-estrutura econômica” versus a “idealidade da supra-estrutura política, jurídica e ideológica” do marxismo esquemático. Afirma que a ideologia é material e que essa materialidade inscreve-se nas práticas e nas instituições. A crítica que faz da teoria da ideologia, tal como se encontra na obra de Marx, incide sobre duas fraquezas básicas da teoria marxista. A primeira concerne a definição de ideologia como visão mistificada/deformada do processo real de produção. Nessa acepção de visão deformada, fica pressuposto que as ilusões da ideologia fazem sempre alusão a um real que lhe deu origem e que basta interpretar para reencontrar, sob sua representação imaginária, a verdadeira realidade do mundo. Ora, diz Althusser, isso significaria dizer que na ideologia os homens representam sob forma imaginária suas condições reais de existência. Restaria, no entanto, esclarecer: por que os homens precisam dessa transposição imaginária para “representar” suas condições reais de existência?

Os “homens” “representam” não suas condições de existência reais, seu mundo real, mas antes de tudo sua *relação* com essas condições de existência. Toda ideologia representa não as relações de produção existentes (e as outras relações que dela derivam) mas a relação. A diferença reside portanto na dimensão de representação

²FOUCAULT, Michel, *Dits e écrits*, II, p.

imaginária da ideologia. Assim sendo, superamos a questão da “causa” da deformação necessária. (1999, p279).

Assim, para Althusser a ideologia constitui uma relação imaginária do sujeito com a sociedade (capitalista, de exploração, etc) em que vive. Diz ele em sua Tese Primeira: a ideologia é uma “representação” da relação imaginária do sujeito com suas condições reais de existência.³ A diferença reside, portanto, na dimensão de representação imaginária da ideologia. Com isso, Althusser nega a possibilidade de um mundo em que as relações fossem completamente transparentes e afirma que, como o inconsciente, a ideologia é eterna. Ademais, destaca o fato de que eterno significa aqui onipresente, trans-histórico, e que a proximidade entre ideologia e inconsciente justifica-se teoricamente pelo fato de que “a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral”. Por um lado, enquanto representação imaginária, as ideologias variam de conteúdo, mas, por outro, são universais e onipresentes em todas sociedades humanas. Nesse sentido, a ideologia não tem história (mas é eterna, como o inconsciente).

A segunda tese de Althusser afirma que *a ideologia tem uma existência material* e não pode ser reduzida a conjunto de idéias falsas. É claro que tal materialidade não é da mesma natureza de um fuzil ou uma calçada, ironiza Althusser. A ideologia tem a materialidade das práticas cotidianas, seja o ato assistir uma missa, jogar uma partida de futebol, um dia de aula e assim por diante. Todos nossos atos cotidianos – nossas práticas – inscrevem-se em aparelhos ideológicos. Os aparelhos ideológicos do Estado seriam a materialização das ideologias morais, religiosas, jurídicas e estéticas. Em suas palavras: “suas idéias são atos materiais inseridos em praticas materiais, reguladas por rituais materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material do qual dependem as idéias desses sujeitos.”⁴

Mas a contribuição mais complexa à questão do sujeito tem a ver com a idéia da interpelação, exposta na Tese 3: “toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos pelo funcionamento da categoria sujeito”.

³ALTHUSSER, *Positions*, 1976, p.1113: *Dans l'idéologie est donc représenté non pas le système des rapports réels qui gouverne l'existence des individus mais le rapport imaginaire de ces individus aux rapports réels sous lesquels ils vivent.*

... a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva da toda ideologia enquanto essa tem por função (que a define) “constituir” os sujeitos concretos (como você ou eu). É nesse jogo de dupla constituição que se efetua o funcionamento de toda ideologia, sendo que a ideologia nada é além de seu funcionamento através das formas materiais da existência desse funcionamento (1999. p.210)

A teoria da interpelação aponta para a dimensão da aceitação das regras sociais e é exemplificada no fato de que respondemos ao chamado do policial que nos grita: “ei, você aí!” Responder à interpelação é estar dentro da submissão. O agente policial representa o poder e o ato de interpelação revela o âmago da socialização, pois o Poder não somente nos submete mas também nos formata; nos sujeita e nos torna sujeitos. Como veremos, essa definição de Althusser vai ser incorporada por Foucault e Butler.

Judith Butler, leitora de Althusser

A subordinação, opressão e/ou discriminação da mulher constitui objeto de estudo e ação das feministas em várias partes do mundo ocidental, tendo originado uma extensa bibliografia conhecida como “estudos sobre a mulher” e “estudos de gênero”. Para efeitos do presente texto destacarei algumas das apropriações teóricas realizadas pelo feminismo. Nesse sentido, é inegável a enorme influência da obra de Foucault, cuja recepção nos Estados Unidos e no Brasil possibilitou o desenvolvimento de temáticas e perspectivas de análises centradas na questão do poder e da sujeição. Na mesma linha, há que destacar a contribuição de Judith Butler, professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Berkeley. Os processos de sujeição constituem um de seus temas prioritários, pois, segundo ela, aprofundar as condições da sujeição é também entender as perspectivas para sua superação. Butler enfatiza a dimensão de poder de qualquer projeto e questiona a própria imparcialidade do projeto de Habermas, reafirmando a dimensão de poder do discurso. Diz que prefere chamar de “pós-estruturalista” a seguinte assertiva: *o poder permeia o próprio aparato conceitual*.

Antes de entrarmos no texto de Butler, convém lembrar que no idioma português as definições de “sujeito” que aparecem no dicionário Novo Aurélio são quase todas sinônimas: 1. *Súdito*; 2. *Escravidado*; 3. *Obrigado*; 4. *Que se sujeita a vontade dos*

⁴ Idem, 1999, p.206.

outros; 5. *Dependente*; 6. *Exposto*; 7. *Indivíduo indeterminado*; 8. *Súdito*. Na acepção n.9, “Sujeito” é *Assunto, tema*, e na n.10, *Termo da proposição a respeito do qual se enuncia algumas coisa*; n.11 é *o ser individual, real*. Já o verbo sujeitar concerne sempre ao ato de reduzir à sujeição, subjugar, dominar.

Em inglês, “to subject” é definido como “to defeat –people ore country – and then control them against their wishes and limit their freedom⁵. É nesse sentido que em *The Psychic Life of Power, Theories of subjection*, Butler comenta que o poder é sempre pensado como uma potência externa que nos oprime. Na tradição sociológica, temos a clássica definição de Weber⁶, para o qual poder é “a probabilidade que tem um homem ou um agrupamento de homens de impor sua própria vontade em uma ação comunitária, inclusive contra a oposição dos demais membros”. Butler comenta que essa visão unilateral teria sido superada pelos textos de dois filósofos franceses contemporâneos: Louis Althusser e Michel Foucault.

Segundo Butler, Althusser privilegia a dimensão do discurso para repensar a teoria da sujeição. Tornar-se sujeito é um processo psíquico inconsciente de sujeitamento à Ordem vigente (patriarcal, capitalista). A ressalva que Judith Butler faz é que Althusser *view, useful as it is, remains implicitly constrained by a notion of a centralized state apparatus*.⁷ Em outras palavras, ao reduzir sua análise sobre a reprodução ideológica aos aparelhos de Estado, Althusser estaria deixando de lado importantes dimensões do real permeadas pelo poder e pela dominação. Butler⁸ insiste no fato de que o poder como subordinação implica num *set of conditions that precedes the subject, effecting and subordinating the subject from the outside*. “Power not only *acts on* a subject but in a transitive sense, *enacts* the subject into being”.

O poder atua não somente sobre o sujeito, mas, em sentido transitivo, permite que o sujeito *seja*. Não obstante ter criticado Althusser por pensar o poder centralizado no Estado, assertiva de Butler vai de encontro ao que defende Althusser em textos que

⁵Cambridge International Dictionary of English.

⁶WEBER,Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. p. 54.)

⁷BUTLER, J. *The Psychic Life of Power. Theories of subjection*. California : Stanford University Press, 1997,p.6

Butler não analisa.. Em *Psychanalyse et Sciences Humaines*, por exemplo, Althusser chama a atenção para a grande descoberta de Lacan de que “é o cultural que age sobre o biológico”, como condição que possibilita a inserção do pequeno ser humano. Assim, trata-se de estudar a ação permanente da cultura que transforma a criança. E, mais ainda, que “é a lei da cultura que determina a passagem à própria cultura”, pois:

“ce qui est pensée comme antécédence de la culture par rapport a elle-même dans le devenir humain du petite être biologique, se trouve en fait situé a l’intérieur de la culture elle-même. Autrement dit, la précession de la culture par rapport à elle-même, qui se situe au niveau culturel dans la pratique psychanalytique”⁹

Ao afirmar o paradoxo da *précession de la culture par rapport à elle-même*, Althusser antecipa muitas das conclusões da própria Butler e, em especial, sua crítica ao conceito de gênero como inscrição social sobre o biológico. Opondo-se às categorias de identidade presentes em algumas tendências, Butler insiste na importância de se pensar a *identidade como efeito*, isso é, como algo *produzido ou gerado*.¹⁰

Foucault : submissão, resistência e significação

Este é o título de um texto em que Butler analisa as implicações da teoria da subjetivação de Foucault, tal como formulada em *Vigiar e Punir*. Para Foucault, os processos de subjetivação se realizam principalmente através do corpo. No caso do preso, não se trata apenas de um poder coercitivo externo mas do fato que “o indivíduo se forma, ou melhor, se formula a partir de uma ‘identidade’ de preso discursivamente constituída. A sujeição é literalmente o *fazer-se* de um sujeito, o princípio de regulação de acordo com o qual se formula ou se produz um sujeito”. O preso é submetido a uma série de práticas invasivas, de disciplinas, de normatizações de movimentos, em resumo, de um regime disciplinar do corpo. Como resultado, o assujeitamento é muito profundo, atingindo “a alma, prisão do corpo”¹¹, invertendo o preceito cristão.

Apesar do tema ser a subjetivação do preso, não há dúvidas, como assinala Butler, de que a prisão é utilizada por Foucault como metáfora do processo de subjetivação do corpo.

⁸ Idem, p.13.

⁹ ALTHUSSER, L. *Psychanalyse et Sciences Humaines*, p.90.

¹⁰ BUTLER, J. Problemas de gênero. *Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003, p.211.

¹¹ FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*, p.202.

Assim, encarceramento e invasão são as “figuras privilegiadas através das quais Foucault articula o processo de subjetivação, a produção discursiva das identidades”. Butler aponta os limites de uma teoria da subjetivação que parta exclusivamente das instâncias discursivas, pois aceitar tal hipótese implica na negação de um espaço de resistência psíquica. A introdução do inconsciente dá inteligibilidade ao processo de subjetivação na medida em que a psique “é precisamente aquilo que escapa aos efeitos carcerários da exigência discursiva de habitar uma identidade coerente, de converter-se em um sujeito coerente. A psique é o que resiste à regularização que Foucault atribui aos discursos normalizadores”¹². A psique *transborda* o sujeito.

Butler, portanto, perfila-se entre os intelectuais que entendem a importância da psicanálise para a compreensão do processo de subjetivação, aproximando-se mais de Althusser do que de Foucault. para fundamentar uma teoria de gênero. Ao apoiar-se na psicanálise, Butler assume não somente a dimensão inapreensível dos processos psíquicos como também os limites da materialidade do corpo. Em *Bodies that Matter*, ela se coloca a meio caminho entre os campos essencialistas e culturalistas (ou construtivistas) em que se divide o feminismo contemporâneo, ao afirmar que esse debate não escapa a um paradoxo insuperável:

“Assim como nenhuma materialidade anterior está acessível a não ser através do discurso, também o discurso não consegue captar aquela materialidade anterior, argumentar que o corpo é um referente evasivo não equivale a dizer que ele é apenas e sempre construído. De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite”.¹³

Prestando contas a si mesmo ou os limites da responsabilidade

Sujeitos do inconsciente, além de sujeitos sociais, econômicos e culturais: a introdução dos limites psíquicos do sujeito torna mais complexa a questão das nossas responsabilidades. Até que ponto somos responsáveis pelos nossos atos, uma vez que

¹² BUTLER, *Giving an account* p.98

¹³ Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler in *Revista Estudos Feministas*, vol.10 Florianópolis, Jan.2002.

somos produzidos na sujeição? Essa é uma das questões cruciais no respeito à responsabilização que fuja da vitimização. Para Butler, as questões morais não somente emergem no contexto das relações sociais, como a forma assumida por essa questão muda segundo o contexto, sendo que esse mesmo contexto herda, de alguma maneira, a forma da questão. Ela concorda com a formulação Adorno nos *Problemas da Filosofia Moral*, segundo a qual “the social problem of the divergence between the universal interest and the particular interest, the interest of particular individual, is what goes to make up the problem of morality.”¹⁴

Reservando *ética* para o contorno mais abrangente da regras e máximas, Adorno comenta que uma norma ética não pode impor para todos um modo de vida que seja insuportável para alguns, sob pena de se tornar uma violência. Diz ele: quando ignora as condições sociais prevaletentes, que são também as condições em que qualquer ética pode ser apropriada, o *ethos* se torna violento. Na *Leitura 17*, que constitui o último texto do livro, Adorno aponta para a necessária resistência à falsa vida; discute a falibilidade frente das “máscaras do mal”; critica a concepção moral de Nietzsche e conclui os limites da moralidade como crise do individualismo e a necessária transição da consciência crítica para a consciência política. Para ele, “there is no right behaviour within the wrong world.”¹⁵

No já citado texto, Adorno conclui que no “mundo administrado” não existe liberdade se aceitarmos a premissa kantiana de que a liberdade inclui a todos, não podendo ser concebida como algo isolado, em que não exista liberdade social. Em decorrência, o ponto de partida ético da atualidade tem de ser a crítica desse mundo administrado. “We might even say that the quest for the good life is the quest for the right form of politics, if indeed such a right form lay within the realm of what can be achieved today”¹⁶.

Butler incorpora o ponto de vista de Adorno, adicionando a preocupação de Foucault não somente na relação do sujeito com a moralidade, mas na força desta na produção do sujeito, que precisa colocar-se em relação à própria moralidade. Pois mesmo quando a

¹⁴ADORNO, *Problems of Moral Philosophy*, p.19 :o “problema social da divergência entre interesse universal e interesse particular, o interesse de um indivíduo em particular, é o que configura o problema da moralidade.

¹⁵ Idem, p. 174.

¹⁶ Idem,p.176.

moralidade fornece uma série de normas que produzem o sujeito na sua inteligibilidade, “sempre permanece um conjunto de normas e regras que têm de ser negociados pelo sujeito”. Prestamos contas por termos sido interpelados como seres responsáveis perante um sistema de justiça e punição, comenta Butler , reproduzindo o ponto de vista de Althusser sobre a interpelação como ato comprovatório de nossa subordinação como sujeitos (que podem ser responsabilizados) perante a Norma.

A questão da responsabilidade relaciona-se portanto com a questão do “Eu” e sua complexa formação. Pois na medida em que somos formados segundo certas convenções sociais, e a dimensão consciente de nosso “Eu” é apenas uma parte de nossa vida psíquica, permanecendo um *surplus* que sempre foge às regras de nomeação, em que bases devemos colocar a questão da nossa responsabilidade moral?

Apoiando-se nas conclusões de Adorno e Foucault, entre outros, Butler argumenta que talvez o que mais importa é reconhecer que a ética pressupõe riscos, e que muitas vezes somos colocad(a)os em situações desconhecidas em que nossos pontos de vista divergem daquilo que nos é posto como apropriado.¹⁷ Levando em considerações as ambigüidades desse “Eu” e sabendo que nossa própria formação implica aos outros em cada um de nós, e que nossa estranheza em relação a nós mesmos é, paradoxalmente a fonte de nossa conexão ética com os outros¹⁸, Butler propõe uma ética do acolhimento ao outro (até mesmo em nome desse outro que nos habita e que nos causa estranheza).

Existe uma ética feminista?

Podemos então colocar a questão que nos interessa, vale dizer: qual seria a ética feminista?

Foucault põe o dedo na ferida quando aponta a ausência de um projeto ético nos movimentos sociais dos anos 70, então designados como movimentos de libertação. Colocando-se como um participante, ele comenta: “Nós não acreditamos que uma moral possa ser fundamentada em uma religião e também não queremos que um sistema legal intervenha em nossa vida moral, pessoal e íntima. Os movimentos de libertação recentes

¹⁷ BUTLER, Giving an account p.136

¹⁸ BUTLER Precarious Life, p.46

sofrem de não poder encontrar um princípio sobre o qual fundamentar a elaboração de uma nova moral”.¹⁹

Essa observação de Foucault é pertinente para a época em que foi formulada, de profunda agitação política e de reivindicações novas. No Brasil dos anos 70, a libertação implicava uma rejeição à ditadura militar e na autonomia dos movimentos com relação aos aparelhos de estado. Com a democratização, as demandas feministas foram legitimadas e institucionalizadas (os conselhos de mulheres, de negros) tornando-se objeto de políticas sociais e mudanças jurídicas afetando as relações entre os sexos e nas famílias. A Constituição de 1988 instituiu um estado de bem estar social e de respeito aos direitos das mulheres, respondendo positivamente à maior parte das reivindicações das militantes feministas.

A partir dos anos 80 as demandas assumiram cada vez mais a forma de reivindicações compensatórias, não raro acompanhadas por uma ideologia do vitimismo, muito diferentes do protagonismo das décadas anteriores. Em contraposição à posição de sujeito desejante, a política do vitimismo, hoje predominante, reflete-se na baixa cidadania dos programas assistenciais. As mulheres que precisam de bolsas família são submetidas à humilhação de terem de provar que são pobres e infelizes para convencer a atendente de que necessitam. Também se presenciam cenas de humilhação nas iniciativas filantrópicas, em que uma cesta básica vem acompanhada de um sermão e de regras de conduta. São formas de tutela e de infantilização incompatíveis com a idéia de autonomia e responsabilidade. A maior parte das políticas sociais compensatórias terminam por colocar o usuário num lugar subalterno, negando as bandeiras da via republicana e da eficácia dos direitos.

Na perspectiva psicanalítica, Cate Koltai aponta para os riscos das políticas de quotas e de outras formas compensatórias que partem do pressuposto que as pessoas são sempre vítimas dos outros e não vítimas de suas próprias escolhas, como é o caso por exemplo do fumante. Ela observa que “a pessoa deixa de ser vítima dos riscos e responsabilidades relacionadas ao engajamento em seu desejo, sua vida, e se torna vítima das circunstâncias desfavoráveis, o que vai constituir-la num sujeito traumatizado e não mais num sujeito

¹⁹ FOUCAULT, *Dits et écrits* Dits et Ecrits, 1984, p.1414.

engajado em sua própria vida com todos os riscos decorrentes do exercício de seu desejo”.²⁰

Para concluir, não podemos nos esquecer de que “a verdadeira libertação significa conhecer-se a si mesmo e na maior parte das vezes não pode realizar-se por intermédio de um grupo, qualquer que seja”. Desta maneira devemos aceitar o convite de Foucault , começando “por inventar o futuro mergulhando num presente mais criativo. Vamos deixar cair a Disneylândia e pensar em Marcuse”.²¹

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. *Problems of Moral Psychology* Stanford: Stanford University Press, 2001.

ALTHUSSER, Louis. *Écrits philosophiques et politiques – tome1*. Paris: Éditions STOCK/IMEC, 1994, p.554

ALTHUSSER, Louis *Freud e Lacan e Marx e Freud*. 3ªed.São Paulo: Graal,1991

ALTHUSSER,Louis. *Psychanalyse et Sciences Humaines. Deux Conférences*. Paris: Librairie Générale Française/IMEC, 1996, p.75.

ALTHUSSER,Louis. *Sobre a reprodução*. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith *Giving an Account of Oneself* New York: Fortham University Press, 2005.

BUTLER, Judith *The Psychic Life of Power. Theories of subjection*. California : Stanford University Press, 1999.

BUTLER, Judith. *Precarious Life. The Powers of Morning and Violence*. London/New York :Verso, 2004.

KOLTAI, Caterina. *Uma questão tão delicada*. VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, de 05 a 08 de setembro de 2002, p.5.

FREUD, Sigmund. El “YO ” y el “ELLO” in *Obras Completas*, vol. III, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

²⁰ KOLTAI, Caterina. *Uma questão tão delicada*. VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, de 05 a 08 de setembro de 2002, p.5.

²¹ FOUCAULT, op.cit, p.678.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Ecrits I*, Paris:Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M.ichel. *Surveiller et punir*, naissance de la prison 1975 p.202.

MORAES, M. L. Q. O encontro marxismo-feminismo no Brasil In: *História do marxismo no Brasil, Partidos e movimentos a partir dos anos 1960* , Campinas: Editora Unicamp, 2007, v. 6,pp.4341-376 (ISBN-978-85-2680-0749-5)

MORAES, M.L.Q.M. O feminismo político do século XX. In: ^Margem Esquerda n.9 : junho de 2007, São Paulo : Boitempo Editorial.,pp.129-143 (ISSN 1678-7684)